



**A DIMENSÃO INSTITUCIONAL NA ATIVIDADE EMPREENDEDORA
NA REGIÃO AMAZÓNICA
THE INSTITUTIONAL DIMENSION IN ENTREPRENEURIAL
ACTIVITY IN THE REGION AMAZON**

António Nogueira de Sousa¹
Benedita do Socorro Matos Santos²

Resumo

O empreendedorismo está ligado ao crescimento económico e encontra-se em muitas estruturas organizacionais formais, refletindo regras institucionais inseridas no desenvolvimento empresarial, submetendo normas institucionais para incorporar o crescimento económico e, por outro lado, ganhando legitimidade, recursos, estabilidade e melhorando as perspetivas de sobrevivência. A dimensão institucional na atividade empreendedora pode associar aspetos relevantes no sistema do processo de empreendedorismo. No resultado de acordo com a variável “os programas federais e estaduais de promoção ao empreendedorismo estão adaptados às características e necessidades da região Amazónica”, a frequência de 61 empreendedores correspondeu a 16,5% de respostas (discordo um pouco), e a frequência de 76 empreendedores obteve o percentual de 20,5% (nem discordo nem concordo), uma diferença de 4% a mais relacionado a resposta (nem discordo nem concordo). Conclui-se que a informação necessária aos empreendedores não é adequada e transparente. Neste sentido, as instituições públicas devem cumprir a sua responsabilidade social dando incentivo ao desenvolvimento empresarial com investimento, financiamento e redução de imposto. Assim, os empresários trabalharão com mais motivação e conseguirão manter a sua responsabilidade fiscal porque o empreendedorismo é o motor do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: atividade empreendedora, programa institucional, região Amazónica

Abstract

Entrepreneurship is linked to economic growth and it is found in many formal organizational structures, reflecting institutional rules inserted in business development, submitting institutional standards to incorporate economic growth and, on the other hand, gaining legitimacy, resources, stability and improving prospects for survival. The institutional dimension in entrepreneurial activity can associate relevant aspects in the entrepreneurial process system. Results linked to the variable "federal and state programs to promote entrepreneurship are adapted to the characteristics and needs of the Amazon region," a frequency of 61 entrepreneurs corresponded to 16.5% of answers (I disagree a bit), and the frequency of 76 entrepreneurs obtained the percentage of 20.5% (neither disagree nor agree), a difference of 4% more related to these answers (neither disagree nor agree). We conclude

¹ Universidade de Évora. Portugal-dr.ansousa@gmail.com

² Universidade de Évora. Portugal- dra.bsms@gmail

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

that the information necessary to entrepreneurs is not adequate and transparent. In this sense, public institutions must fulfill their social responsibility by encouraging business development with investment, financing and tax reduction. As a result, entrepreneurs will work with more motivation and be able to maintain its tax liability as entrepreneurship is the engine of regional development.

Keywords: entrepreneurial activity, institutional programme, Amazonian region

Introdução

A Região Norte do Brasil é rica em recursos naturais e dela são retiradas imensas riquezas que são distribuídas no Brasil e no mundo. É a região onde existe a maior floresta tropical e o maior rio de água doce de todos os continentes e é também uma das zonas menos desenvolvidas do Brasil, concentrando um número considerável de empreendedores envolvidos na criação e na gestão de negócios.

No século XVII, o Maranhão e Grão Pará, que hoje corresponde à região Amazônica no Brasil, foram habitados pelos Jesuítas portugueses sob administração do governo filipino e, neste período, o Brasil encontrava-se dividido em dois Estados, o Estado do Maranhão e Grão-Pará (região Amazônica) e o Estado do Brasil que hoje corresponde às outras regiões no Brasil.

Segundo Bettendorff (1910), na sua obra *Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, no século XVII deu-se o início da industrialização e a matéria-prima principal era a cana-de-açúcar a partir da qual se produzia o açúcar. Assim começou o desenvolvimento através da produção agrícola na colônia portuguesa. Esta produção era transportada para Lisboa, Portugal. O Estado do Maranhão e Grão-Pará e também o Estado do Brasil tinham uma grande produção de açúcar, verificando-se uma concorrência entre as indústrias dos dois estados. No entanto, o governo filipino impediu a produção de açúcar no Estado do Maranhão e Grão-Pará porque, na época, o Estado do Brasil era mais importante para o governo.

O desenvolvimento na região Amazônica foi bastante lento, tanto na indústria quanto na educação e já no século XX, na década de 60, como é referido na obra de Martins (1997), *“Fronteira: a degradação do outro nos confins humanos”*, havia um número mínimo de indústrias na região Amazônica e o governo militar pediu que algumas indústrias se estabelecessem na região, mas muitas recusaram por que não iriam fazer tal investimento num ambiente que não mostrava qualquer desenvolvimento eficaz. Então o governo militar não teve outra opção senão financiar as indústrias nesta região.

Apresentando uma grande diversidade natural, social, económica, tecnológica e cultural, a Amazônia Legal constitui uma região em crescente processo de diferenciação que contraria,

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

em muito, a imagem difundida pelo mundo. Atualmente este espaço regional consolida a sua participação no processo geral de transformação territorial do Brasil. A convergência dos padrões regionais de uso da terra, longe de expressar a continuidade do projeto geopolítico de incorporação da fronteira, expressa, atualmente, um processo de ocupação agropecuária associada a uma maior articulação ao espaço económico nacional a partir de interesses tanto externos como internos à própria região.

O empreendedorismo é um ato comportamental humano de criatividade, em que os empreendedores assumem riscos calculados, tentam entender o seu ambiente e controlar o máximo de fatores possíveis para terem sucesso com o seu empreendimento. Os incentivos gerados pelo processo de empreendedorismo devem garantir o desenvolvimento da economia e perspetivar uma distribuição justa e equitativa do rendimento que possa beneficiar a população local e regional.

Neste âmbito, o objetivo deste trabalho é caracterizar a perceção dos empreendedores em relação à dimensão institucional da Amazônia Legal no Brasil, tendo por base o caso de estudo do Estado do Amapá.

Revisão de Literatura

Dinâmicas da atividade empreendedora na Região Norte do Brasil e no Estado do Amapá na Amazônia

A Região Norte é uma das cinco regiões do Brasil que foram definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969. Com uma área de aproximadamente 3,869 milhões de Km² é a região mais extensa do Brasil, representando 45,25% do seu território. A Região Norte marca a fronteira do Brasil a oeste com a Venezuela e a norte com as Guianas (Guiana Inglesa, Suriname ou Guiana Holandesa e Guiana Francesa) e com o Oceano Atlântico. A sul e a oeste a Região Norte confronta, respetivamente, com as regiões brasileiras Centro-Oeste e Nordeste. (figura 1).



Figura 1 Mapa do Brasil.

Fonte: <http://pinstake.com/mapa-do-brasil-divido-por-cores/>

Apesar do território da Região Norte representar uma área superior à da Índia, a sua população era em 2014 apenas 17,2 milhões de habitantes, *i.e.*, cerca de 8,52% da população brasileira (IBGE, 2014).

Com uma densidade populacional relativamente baixa, que não chega aos 4,5 habitantes por Km², a Região Norte está situada na Bacia Amazônica, que acomoda a floresta da Amazônia, considerada a maior área florestal do planeta e um dos ecossistemas mais importantes, não só pela sua dimensão, com também pela sua diversidade.

A Região Norte engloba sete estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Estes setes estados juntamente com o estados do Mato Grosso e do Maranhão constituem a região da Amazônia Legal, que foi criada pelo governo brasileiro, dada a semelhança dos problemas sociais, económicos e políticos desses territórios e com o objetivo de facilitar os seus respetivos processos de planeamento e de desenvolvimento.

Como já foi referido na introdução, este estudo centra-se no Estado do Amapá na Região Norte do Brasil, onde a criação de melhores condições de emprego ou de promoção e apoio à iniciativa empreendedora através da dinamização de empresas são fundamentais para o desenvolvimento regional.

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

Neste contexto, considera-se que o empreendedorismo é um fenómeno que implica qualquer tentativa de criação de um novo negócio, nomeadamente, uma atividade autónoma, uma nova empresa ou a expansão de um negócio existente (GEM, 2012). Para além da perspetiva de criação de empresas, existem muitas definições de empreendedorismo, mas de acordo com Hisrich e Peters (2004) todas elas implicam iniciativa e capacidade de identificar e organizar os mecanismos sociais e económicos necessários para transformar recursos e oportunidades em processos de criação de valor, bem como aceitar o risco e o fracasso eventualmente inerentes.

No entanto, para se estabelecer e caracterizar o negócio é importante ter em atenção que a decisão de criar e gerir o seu próprio negócio é um processo complexo sujeito à influência de múltiplos fatores determinantes, nomeadamente, contextuais e individuais.

Para o empreendedor se identificar com o processo de empreendedorismo deverá ter atitude, iniciativa própria, ideias novas e método para desenvolver um produto ou serviço ou qualquer atividade na organização (CHEN, GREENE, & CRICK, 1998). “O relevante para o empreendedor no seu processo de desenvolvimento empresarial deve possuir alguns conhecimentos relacionados as atividades, assim para fortalecer habilidade necessária para o mecanismo do empreendedorismo” (SOUSA & SANTOS, 2016, p. 83)

A influência de culturas regionais nas iniciativas empresariais é caracterizada como autoeficácia relevante para o desenvolvimento, dado que uma cultura empreendedora pode, em princípio, influenciar positivamente a intenção de se tornar empreendedor, a propensão de implementar uma empresa nova e o sucesso económico de start-ups endógenas (STUETZER, OBSCHONKA, BRIXY, STERNBERG, & CANTNER, 2014)

Tal como acontece com o termo empreendedorismo, a palavra empreendedor tem origem no francês na palavra *entrepreneur*. No século XII, esta palavra era associada aquele que incentivava brigas. No século XVI, a palavra empreendedor é usada para definir uma pessoa que assumia a direção de uma ação militar. Só no final do século XVII início do século XVIII, a palavra empreendedor passou a ter um significado próximo do que lhe é dado atualmente e que se refere aos indivíduos que criam e gerem projetos ou empreendimentos, *i.e.*, aqueles indivíduos que são responsáveis pela condução dos fenómenos de empreendedorismo (SCHMIDT & BOHNENBERGER, 2009).

De acordo com SEBRAE (2011), são criadas todos anos no Brasil mais de 1,2 milhões de novas empresas formais, das quais 99% são micro e pequenas empresas e empreendedores individuais.

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

Existem várias formas e critérios para classificar micro e pequenas empresas. O SEBRAE (2013) classifica as empresas no Brasil em micro, pequenas, médias e grandes empresas em função do número de trabalhadores empregados, tendo em conta se são empresas industriais ou de comércio e serviços. Deste modo, no setor da indústria as microempresas têm menos de 19 trabalhadores empregados, as empresas pequenas têm entre 20 e 99 trabalhadores empregados, as empresas médias têm entre 100 e 499 trabalhadores empregados e as empresas grandes têm 500 ou mais trabalhadores empregados. No caso das empresas de comércio e serviços, as exigências em termos de número de empregados são menores. Neste caso, as microempresas têm menos de 9 trabalhadores empregados, as pequenas empresas têm entre 10 e 49 trabalhadores empregados, as empresas médias têm entre 50 e 99 trabalhadores empregados e as empresas grandes têm 100 ou mais trabalhadores empregados.

A Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (código civil brasileiro) no artigo Nº. 966, considera empresário quem exerce profissionalmente uma atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. A Lei 123 de 15 de dezembro de 2006 no artigo 3º, inciso I, determina que a receita bruta das microempresas seja igual ou inferior a 360 mil reais e que no caso das empresas pequenas seja superior a 360 mil reais e igual ou inferior a 3,6 milhões e seiscentos mil reais.

Uma perspectiva histórica do empreendedorismo na Amazônia

No século XVII, a Região Norte no Brasil chamava-se Estado do Maranhão e Grão-Pará, que hoje corresponde à região Amazônia no Brasil. Na época, era também habitada por jesuítas portugueses sob administração do governo filipino. O padre jesuíta Luís Figueira chegou à Bahia em 1602, tendo sido indicado pela Companhia de Jesus para instituir a Missão Jesuítica no Maranhão e Grão-Pará em 1638 e a esse respeito se referiu o próprio Jesuíta Alentejano Luís Figueira por estas palavras: “Havendo de ir lá alguém da companhia, eu, como aquele que mais direito tem nesta empresa, me ofereço para ser o primeiro em quem se quebre a fúria dos contrastes” (LEITE, 1940, p. 47).

A Companhia de Jesus foi umas das primeiras empresas a instalar-se na região da Amazônia. Os Jesuítas já eram indivíduos ousados, não tinham medo de enfrentar o risco e procuravam sempre as melhores formas de agir. Por isso, tinham bastante sucesso em tudo aquilo que faziam e podem ser considerados os precursores do empreendedorismo na região Norte no Brasil no século XVII.

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

Já no século XIX, durante o período da revolução industrial, o Brasil encontrava-se em contexto de mudança e, na Amazônia, procedia-se à extração e comercialização de látex das seringueiras, tendo este período sido designado por “ciclo da borracha”.

No século XX, durante o governo militar, através do Decreto-lei nº 288 de 28 de fevereiro de 1967, foi implantado na região da Amazônia o pólo industrial da Zona Franca de Manaus, com o intuito de desenvolver a região, gerar oportunidades de negócio e investimentos, atrair investidores nacionais e estrangeiros e apoiar o empreendedorismo local. O objetivo era fortalecer as atividades de comércio de mercadorias com o estrangeiro, com outras regiões nacionais e dentro da própria região da Amazônia, tentando contribuir desta forma para o aprimoramento da prestação de serviços relacionados às atividades económicas regionais.

No início da década de 90, o Presidente da República Federativa do Brasil mandou publicar o Decreto nº 517, de 8 de maio de 1992, destinado a ampliar a Zona de Livre Comércio a outros municípios da região Amazônica e regulamentar a área de Livre Comércio de Macapá e Santana no Estado do Amapá.

Todos esses processos favoreceram o empreendedorismo na região da Amazônia, principalmente na década de 90, em que houve um aumento da produção de produtos eletrónicos na Zona Franca de Manaus e foi possível dinamizar a geração de emprego na região. Para o desenvolvimento do empreendedorismo na região contribuíram decisivamente os micros empreendedores que comercializavam os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus. Estes empreendedores beneficiaram de condições favoráveis especiais como uma taxa de imposto diferenciada das outras regiões do Brasil e de boas condições de crédito nas agências de fomento para financiarem os investimentos nos seus negócios.

Programas de apoio e incentivo a micro e pequenas empresas

Recentemente foi implantado o Estatuto das Micro e Pequenas Empresas promovido na Lei Geral nº 123, de 14 de dezembro de 2006, inclusivamente foi estabelecido e determinado na Constituição Federal do Brasil de 1988 um tratamento jurídico diferenciado. O objetivo era a simplificação das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias de micro e pequenas empresas, conforme o artigo nº 179 do capítulo da Ordem Económica.

A lei complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, cria um processo de registo e um regime tributário especial para o “micro empreendedor individual”, que inclusivamente facilita a abertura de empresas *online*.

A Lei Geral nº 123, de 14 de dezembro de 2006 representa um grande avanço para micro e pequenas empresas, na medida em que reconhece a importância deste segmento

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

económico que congrega 99% de todas as empresas brasileiras, quase 60% dos empregos e 21% do Produto Interno Bruto (PIB). Esta lei constitui também uma oportunidade para milhões de empresários, que vivem na informalidade, poderem agora regularizar a sua situação sem grandes penalizações.

Para melhorar o apoio às micro e pequenas empresas, promover a sua competitividade e desenvolvimento e estimular o empreendedorismo no Brasil, foi criado o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE) em 1972. Trata-se de uma instituição social autónoma da iniciativa do governo federal que representa as forças produtivas no Brasil.

Existem também outros apoios a micro e pequenas empresas no Brasil, como linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e o programa de geração de emprego e renda. Na região da Amazônia, o financiamento da implantação de novos empreendimentos processa-se através do Banco da Amazônia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Os incentivos governamentais para desenvolver a economia no país são bastante relevantes, nomeadamente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do SEBRAE às micro e pequenas empresas para exportação dos seus produtos.

De acordo com estudo GEM (2012), o número de micro e pequenas empresas exportadoras no Brasil em 2011 foi de 11,525 mil. As suas exportações ascenderam a 2,2 mil milhões de dólares americanos, o que perfaz um valor médio exportado por empresa de 192,8 mil dólares americanos. Geralmente o micro e pequenas empresas iniciam o seu processo de internacionalização pela exportação dos seus produtos (HERRERA, 2010).

As empresas exportadoras têm também de fazer um planeamento estratégico em relação ao câmbio, devido ao fato da maioria das transações internacionais serem realizadas em dólares americanos. No entanto, estas empresas ao assumirem uma posição vendida em dólares americanos protegem as suas receitas contra uma desvalorização do Real (VERVLOET E GARCIA, 2010).

De acordo com a Constituição do Estado do Amapá no artigo nº 107 no capítulo XXIII da educação empreendedora e do acesso à informação art. nº 38, fundamentam-se poderes para firmar convénios com universidades e centros de investigação para apoiar no desenvolvimento das novas micro e pequenas empresas qualificadas que são criadas, sendo inclusivamente discriminadas as atribuições, responsabilidades e obrigações dos participantes.

A nível federal, existem alguns programas direcionados para o apoio às micro e pequenas empresas, nomeadamente para a realização de investimentos que perspetivem a geração de emprego e de rendimento. O governo federal, através dos programas do Banco

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) de apoio à Micro, Pequena e Média Empresa Inovadora, financia os investimentos necessários à introdução de inovação no mercado.

Em relação ao processo de globalização, o Brasil está-se articulando através do programa “Brasil+Competitivo”, que foi lançado muito recentemente em 2014, com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira em relação às micro e pequenas empresas e no intuito de atingir o planeamento estratégico até 2020. Este programa é uma iniciativa de fomento ao empreendedorismo e à competitividade empresarial, que procura a facilitação do acesso ao capital privado no financiamento de micro e pequenas empresas. Envolve mais de 193 entidades, entre intermediários financeiros, consultores, auditores, associações, centrais sindicais de trabalhadores, entidades de fomento ao empreendedorismo e competitividade e parceiros da comunicação social (ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA, 2014).

Metodologia

Este estudo foi conduzido no Estado do Amapá que é uma das vinte sete unidades federativas do Brasil, que está inserida na Amazônia Legal e em termos das grandes regiões brasileiras na Região Norte. Esta região é uma das regiões menos desenvolvidas do Brasil e situa-se no extremo norte do país, faz parte da Bacia Amazônica e também da fronteira com os territórios da Guiana Francesa. Deste modo, o foco desta investigação é caracterizar a perceção dos empreendedores em relação à dimensão institucional da Amazônia Legal no Brasil, tendo por base o caso de estudo do Estado do Amapá.

Os empresários identificam oportunidades de negócios onde podem criar valor para os seus *stakeholders* através da realização de empreendimentos futuros. A relação das suas características enquanto empreendedores com a intenção empreendedora depende em grande parte da educação que tiveram para os negócios (ARDICHVILI, CARDOZO, & RAY, 2003; BAE, QIAN, MIAO, & FIET, 2014).

Para a administração pública instituir determinados procedimentos a nível de investimento é fundamental que tenha planeamento detalhado e envolva todo processo administrativo para assim formalizar a sua responsabilidade social de acordo com necessidade empresarial. A gestão pública, através dos projetos para desenvolvimento e crescimento económico destinados a atingir a meta de crescimento para desenvolver serviço público, poderá assim fortalecer os projetos das empresas colaborando nos investimentos e financiamentos. Desta forma, contribuindo para o desenvolvimento da região e melhor viabilização do processo de crescimento com o intuito de estabelecer o cumprimento da responsabilidade social em parceria com as instituições privadas. (FLIGSTEIN, (2001);

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

LAWRENCE (1999); LEVY, & SCULLY (2007); LOUNSBURY & CRUMLEY (2007); MEYER, & ROWAN, 1977).

O modelo de investigação

De acordo com Saunders, Lewis e Thornhill (2009), no processo de produção e desenvolvimento do conhecimento existem duas vias alternativas, o positivismo e a fenomenologia. O modelo da investigação baseia-se na realização de um questionário aplicado a uma amostra de empreendedores do Estado do Amapá, nomeadamente, de micro e pequenos empreendedores da capital Macapá.

A caracterização da dinâmica empreendedora na Amazônia e a revisão da literatura materializam o propósito exploratório do estudo, servem de base para a elaboração do questionário, ajudam a guiar o estudo e determinam o tipo de resultados que se obtêm.

Em termos da estratégia da investigação, temos por um lado o inquérito ou sondagem baseado na realização de um questionário e, por outro lado, o estudo de caso, uma vez que se trata de uma aplicação ao contexto dos empreendedores do Estado do Amapá na Amazônia, nomeadamente, na sua capital Macapá.

Robson (1993) define o estudo de caso, como o desenvolvimento detalhado e o conhecimento aprofundado de um dado caso ou de um certo número de casos que estão relacionados. Esta estratégia tem particular interesse quando se pretende ter um grande entendimento do contexto do objeto de estudo, neste caso específico dos empreendedores da Amazônia Legal.

Segundo Yin (1994), existem quatro tipos de estudos de caso, tendo em conta se temos de optar por *designs* de caso único ou de casos múltiplos e em função do tipo de unidades de análise, *i.e.*, se é composto por uma unidade de análise singular ou por unidades de análise múltiplas.

A seleção da amostra

De acordo com Hill e Hill (2012), devemos escolher uma amostra representativa do Universo em estudo, utilizando métodos formais de amostragem para recolher dados de cada um dos casos desse Universo, considerando o tempo e os recursos disponíveis. Segundo Yin (1994), o estudo de caso só é generalizável a proposições teóricas. Isto pressupõe que a utilização de amostras no estudo de caso permite a generalização analítica dos pressupostos teóricos, mas não permite fazer a inferência ou a generalização estatística para populações e universos.

Numa amostra por conveniência, os elementos são escolhidos por conveniência ou por facilidade. Um exemplo deste tipo de amostragem é o caso em que um determinado grupo de

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

As pessoas são convidadas para responder a um questionário. Para esse efeito, os indivíduos da nossa amostra foram selecionados com base na sua disponibilidade em vez de aleatoriamente a partir de toda a população-alvo. Como resultado, a extensão em que a amostra é representativa da população-alvo não é conhecida.

A partir do que foi mencionado anteriormente, torna-se evidente que a finalidade deste estudo relativamente à heurística é explorar a questão de conveniência de amostragem e a utilização de grupos intactos com algum detalhe e introduzir um conjunto de condições e critérios que podem ser aplicados à maior parte do trabalho de pesquisa no campo (FARROKHI & MAHMOUDI-HAMIDABAD, 2012).

Neste estudo, optou-se também por utilizar uma amostra por conveniência em que a base de amostragem diz respeito a um universo de 9972 empreendedores do Estado do Amapá, de acordo com registo da Receita Federal do Brasil. Uma amostra com dimensão insuficiente pode levar a resultados errados e a conclusões incorretas. A precisão dos resultados e da análise estatística depende da dimensão da amostra, Mendenhall e Sincich citado por McStay (2008, p. 89).

Geralmente os investigadores trabalham com um nível de precisão de 95%, o que significa que se forem feitas 100 escolhas numa população, 95 representam as características da população. Saunders *et al.* (2009) apresenta um guia para indicar a dimensão da amostra para um nível de precisão de 95%, considerando diferentes dimensões da população entre 50 e 10 000 000 e diferentes margens de erro (5%, 3%, 2% e 1%).

Neste caso, para uma margem de erro de 5% e para uma população de 10 000 elementos, semelhante à nossa, seria necessário considerar uma amostra de 370 elementos. Também poderíamos utilizar a seguinte fórmula, que é muito utilizada para determinar a dimensão mínima de amostras aleatórias:

$$n \geq \frac{N}{Nd^2 + 1}$$

Onde, N é a dimensão da população; d é a margem de erro considerada; e n é a dimensão mínima da amostra.

No nosso caso, considerando a nossa população de 9972 elementos e uma margem de erro de 5% tem-se uma dimensão mínima da amostra de:

$$n \geq 9972 / (9972 \times [0,05]^2 + 1) = 384,57 \cong 385$$

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

Tendo em conta estes resultados, acabou-se por considerar uma amostra de 400 elementos, que corresponde a aproximadamente 4% da população considerada para a base de amostragem.

A orientação das técnicas de amostragem deve ser baseada nos atributos, atitudes e comportamentos dos indivíduos (CRESWELL, SHOPE, PLANO CLARK & GREEN, 2006). O tratamento dos setores de atividade empresarial compreende micro e pequenos empreendedores em plena atividade comercial que são confrontados com decisões de carreira e com a mudança que o mercado oferece. Por isso, a amostra pode ser considerada como representativa da população de interesse.

Segundo Hill e Hill (2012), de acordo com a metodologia de investigação de recolha de dados por questionário deverá ter-se especial atenção nas situações em que o questionário é desenvolvido num Universo diferente daquele para o qual vai ser aplicado. É o caso deste estudo, uma vez que o questionário desenvolvido baseou-se no questionário desenvolvido previamente no Departamento de Organização de Empresas e Comercialização e Investigação de Mercados da Universidade de Valladolid em Espanha, no âmbito do trabalho do Grupo de Tordesilhas.

Procedimentos metodológicos

A taxa de respostas foi bastante elevada, na medida em que dos 400 questionários distribuídos e empreendedores constatados, apenas 30 não responderam. Portanto, foram respondidos 370 questionários, o que perfaz uma taxa de respostas de 92,5%. Este número de questionários válidos apesar de ser inferior aos 385 obtidos como dimensão mínima da amostra, pode ser considerado suficiente para garantir a representatividade do estudo.

Uma vez aplicado o questionário e avaliada a taxa de respostas, procedeu-se à codificação das questões e preparou-se a informação para realizar a análise estatística dos dados. Como a maioria das variáveis consideradas no questionário são de escolha múltipla ou de escala de atitudes, *i.e.*, dicotómicas ou categoriais e o propósito do estudo é, principalmente, descritivo procedeu-se a uma análise estatística descritiva em que a tendência central e a distribuição da dispersão são atendidas. Para o efeito recorreu-se ao *software SPSS 22.0*.

O compromisso do estado para apoiar os empresários é misturado. Enquanto o financiamento estatal para o desenvolvimento empresarial retarda-se atrás de outras atividades de desenvolvimento económico, muitos Estados têm criado programas ou adoptadas políticas que têm um impacto positivo sobre os empresários (VILLARREAL,2010).

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

A tabela 1 revela que o grau de conhecimento relacionado à variável “as leis federais e estaduais promovem acesso ao empreendedorismo no Estado do Amapá” o contato com a legislação para melhorar a atividade empreendedora e seu comprometimento de continuar, constantemente, no propósito de ampliar o segmento dos pequenos negócios é, em grande parte, por experiência, mas na frequência de 54 empreendedores com 14,6% (discordo plenamente) desde logo 109 empreendedores com o percentual de 29,5% (concordo fortemente) são evidenciados. Nesta variável houve uma diferença de 14,9% a mais de respondentes que concordaram plenamente. Significa que os empreendedores relacionados a esta variável responderam positivamente.

Tabela 1

As leis federais e estaduais promovem acesso ao empreendedorismo no Estado do Amapá					
		Frequência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Validado	Discordo plenamente	54	14,6	14,6	14,6
	Discordo	38	10,3	10,3	24,9
	Discordo um pouco	40	10,8	10,8	35,7
	Nem discordo nem concordo	61	16,5	16,5	52,2
	Um pouco de acordo	41	11,1	11,1	63,2
	Concordo	27	7,3	7,3	70,5
	Concordo fortemente	109	29,5	29,5	100,0
	Total	370	100,0	100,0	

Fonte: Resultados do inquérito

Em termos regionais, a tabela 2 mostra as proporções, dando elementos para o dimensionamento de política e programas, indicando em relação à percepção na variável “os programas federais e estaduais de promoção ao empreendedorismo estão adaptados às características e necessidades da região Amazônica”, a frequência de 61 empreendedores correspondeu a 16,5% de respostas (discordo um pouco) e na frequência de 76 empreendedores foi obtido o percentual de 20,5% (nem discordo nem concordo). Ressalta-se o percentual de 4% a mais nesta última resposta (nem discordo nem concordo), o que revela a maior dúvida quanto à variável, quando a questão se encontra relacionada a programas federais e estaduais. Essa dúvida revela a insegurança por parte dos empreendedores do Estado do Amapá.

Tabela 2

Os programas federais e estaduais de promoção ao empreendedorismo estão adaptados às características e necessidades da região Amazônica					
		Frequência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Validado	Discordo plenamente	47	12,7	12,7	12,7
	Discordo	39	10,5	10,5	23,2
	Discordo um pouco	61	16,5	16,5	39,7

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

	Nem discordo nem concordo	76	20,5	20,5	60,3
	Um pouco de acordo	59	15,9	15,9	76,2
	Concordo	38	10,3	10,3	86,5
	Concordo fortemente	50	13,5	13,5	100,0
	Total	370	100,0	100,0	

Fonte: Resultados do inquérito

Na tabela 3 verifica-se que a nível regional há uma timidez relacionada à variável “Os recursos financeiros disponíveis para o empreendedorismo na criação de novos negócios são suficientes e de fácil acesso” mostra que os contatos através dos recursos financeiros na atividade empreendedora os respondentes ficaram bastante distribuídos em relação às respostas, a frequência de 59 empreendedores correspondeu a 15,9% (discordo plenamente) e 47 empreendedores obteve o percentual de 12,7% (concordo fortemente). No entanto, nesta variável o resultado obtido correspondeu a 3,2% a mais de empreendedores que discordaram plenamente. Significa que é insuficiente o acesso a recurso financeiro por parte de instituições públicas ou privadas.

Tabela 3

Os recursos financeiros disponíveis para o empreendedorismo na criação de novos negócios são suficientes e de fácil acesso					
		Frequência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Validado	Discordo plenamente	59	15,9	15,9	15,9
	Discordo	44	11,9	11,9	27,8
	Discordo um pouco	56	15,1	15,1	43,0
	Nem discordo nem concordo	77	20,8	20,8	63,8
	Um pouco de acordo	53	14,3	14,3	78,1
	Concordo	34	9,2	9,2	87,3
	Concordo fortemente	47	12,7	12,7	100,0
	Total	370	100,0	100,0	

Fonte: Resultados do inquérito

Já as tabelas 2 e 3 mostram entre as duas variáveis mais importantes que os empreendedores respondentes são identificados numa proporção de respostas bastante próximas, grande parte das respostas evidenciaram nomeadamente característica de dúvida relacionada às variáveis principais que, na tabela 2, correspondeu a 16,5% (nem discordo nem concordo) e, na tabela 3, ainda foi maior o percentual correspondendo a 20,5% (nem discordo nem concordo). Observa-se na tabela 4 que também os empreendedores na variável “as informações que são fornecidas aos empreendedores de forma completa são de fácil acesso” tiveram ainda a maior dúvida em relação às outras anteriores com percentual de 18,4% de respondentes. Significa que a maioria dos empreendedores respondeu às três variáveis de grande relevância para atitude empreendedora, afirmando que não conseguiram o caminho de sucesso com as informações e dedicações por parte da dimensão institucional.

Tabela 4

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

As informações que são fornecidas aos empreendedores de forma completa são de fácil acesso					
		Frequência	Percentual	Percentual Validado	Percentual Acumulado
Validado	Discordo plenamente	49	13,2	13,2	13,2
	Discordo	42	11,4	11,4	24,6
	Discordo um pouco	67	18,1	18,1	42,7
	Nem discordo nem concordo	68	18,4	18,4	61,1
	Um pouco de acordo	62	16,8	16,8	77,8
	Concordo	40	10,8	10,8	88,6
	Concordo fortemente	42	11,4	11,4	100,0
	Total	370	100,0	100,0	

Fonte: Resultados do inquérito

Discussão e Conclusão

As organizações são sempre vulneráveis a responsabilidades de novidade, em maior profundidade os principais desafios são enfrentados pelos empreendedores nas dimensões institucionais, assim quando os empresários têm pouco precedente em suas ações, uma solução estável seria manter a organização em conexão com as instituições que poderão oferecer alguns esclarecimentos que as empresas necessitem. No entanto, estudos recentes revelam muita diversidade sob essa perspectiva.

Neste ensaio, a dimensão institucional na atividade empreendedora na região Amazônica, no contexto de literaturas conceituadas e consultadas com o intuito dos objetivos, assegurando abordagens em diferentes literaturas, neste âmbito, determina uma forte ligação ao título deste artigo que seria a grande alternativa para os pesquisadores institucionais.

Nos resultados desta investigação, constatamos de acordo com os dados do inquérito nas tabelas 2 e 3 que entre as duas variáveis mais importantes os empreendedores respondentes são identificados numa proporção de respostas bastante próxima, grande parte das respostas evidenciaram características de dúvidas relacionadas com as variáveis principais que, na tabela 2, correspondeu a 16,5% de respostas (nem discordo nem concordo) e na tabela 3 ainda foi maior o percentual e que correspondeu a 20,5% (nem discordo nem concordo). Observa-se na tabela 4 também os empreendedores na variável “as informações que são fornecidas aos empreendedores de forma completa são de fácil acesso” tiveram ainda a maior dúvida em relação às outras anteriores, tendo sido obtido o percentual de 18,4% de respondentes. Significa que a maioria dos empreendedores respondeu às três variáveis de grande relevância para atitude empreendedora, afirmando que não conseguiram o caminho de sucesso com as informações e esclarecimentos por parte da dimensão institucional.

No aspecto de crescimento econômico, os países têm-se desenvolvido através de apoio da gestão pública, com seriedade em todo processo de crescimento para que o país não seja atingido pelo mau posicionamento financeiro do mercado de outras nações mundiais, dado

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

que a crise financeira mundial vivida na última década agravou muitos problemas que já existiam há algum tempo.

No caso do Brasil que faz parte entre os dez países com maior Produto Interno Bruto (PIB) a nível mundial que compõem o mercado financeiro, as medidas tomadas têm reflexos, o mercado sentirá os efeitos positivos ou negativos.

Finalmente, ainda existe muito a melhorar no serviço público, como dar atenção especial ao seu atores principais de desenvolvimento económico que são os empreendedores, hoje agentes fundamentais para o crescimento económico. Ao mesmo tempo, a maioria dos gestores não têm o conhecimento necessário para adquirir ou acessar recursos e manter o crescimento de sua empresa. Por parte do governo, não existem agentes qualificados para identificar as necessidades essenciais dos empreendedores. No entanto para poder crescer e melhorar o desenvolvimento é necessário realizar novos investimentos, neste caso compreende que a instituição pública deverá facilitar as novas adesões para os empreendedores, segundo os estudos revelam que os maiores percentuais de empreendedores em atividades estão na região Amazônica.

Esta pesquisa mostrou através da literatura abordada e dos dados analisados que ainda há muito a estudar, mas também foi percebido que deve investir-se cada vez mais neste nicho de investigação para que os gestores sejam orientados pelo mundo científico e não somente pelo mundo político. Por outro lado, espero que outros investigadores assegurem a continuidade desta investigação tão relevante quando são analisados dados da região Amazônica com o intuito de conhecimento empresarial porque os empreendedores necessitam fundamentalmente de informação para poderem crescer firmemente e competir a nível regional, nacional e internacional porque o Brasil é uma grande potência no processo de empreendedorismo.

Referências Bibliográficas

- ARDICHVILI, A.; CARDOZO, R. & RAY, S. A theory of entrepreneurial opportunity identification and development. **Journal of Business Venturing**, v. 18, n. 1, p. 105 – 123, December 2003.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DO AMAPÁ. **Constituição do Estado do Amapá**. Disponível em: http://www.al.ap.gov.br/constituicao_estadual_amapa.pdf. Acesso em: 10 Maio 2015.
- ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA. **Novas Soluções de Microfinanciamento Para a Inovação: Microfinanciamento no Mundo**. Disponível em: http://www.aip.pt/irj/go/.../Microfinanciamento%204%20Mundo_V.pdf. Acesso em: 11 Novembro 2014.

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

- BAE, T. J., QIAN, S., MIAO, C., & FIET, J. O. (2014). The Relationship Between Entrepreneurship Education and Entrepreneurial Intentions: A Meta-Analytic Review. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 38, n. 2, p. 217–254, March 2014.
- BETTENDORFF, J. F. **Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, tomo LXXII, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **Estatuto da Micro e Pequena Empresa -Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2006/leicomplementar-123-14-dezembro-2006-548099-norma-pl.html>. Acesso em: 01 Maio 2015.
- CHEN, C. C., GREENE, P. G., & CRICK, A. Does entrepreneurial self-efficacy distinguish entrepreneurs from managers? **Journal of Business Venturing**, v. 13, n. 4, p. 295–316, July 1998.
- CRESWELL, J. W., SHOPE, R., PLANO CLARK, V. L., & GREEN, D. O. How interpretive qualitative research extends mixed methods research. **Research in the Schools**, v. 13, n. 1, p. 1–11, August 2006.
- FARROKHI, F., & MAHMOUDI-HAMIDABAD, A. Rethinking Convenience Sampling: Defining Quality Criteria. **Theory and Practice in Language Studies**, v. 2, n. 4 p. 784-792, April 2012.
- FLIGSTEIN, N. Social Skill and the Theory of Fields. **Sociological Theory**, v. 19, 1 January. 2001.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. (GEM) **Empreendedorismo no Brasil - Relatório Executivo**. Disponível em: http://www.ibqp.org.br/upload/tiny_mce/Empreendedorismo%20no%20Brasil%202012.pdf. Acesso em: 06 Março 2015
- HILL, M. M. & HILL, A. **Investigação por Questionário**. (2ª Ed) Lisboa: Silabo, 2012
- HISRIC, R. D., & PETERS, M. P. **Empreendedorismo** (5a ed.). Porto Alegre: Bookman, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa da População Residente no Brasil e Unidades da Federação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso: 01 Julho 2014.
- JOHN W. MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **The American Journal of Sociology**, v. 83, 2. p. 340-363, September. 1977.
- HERRERA, W. R. S. **O Desafio Exportador – Dificuldades de Inserção de Micros e Pequenas Porto – Alegrensens no Comercio Internacional**. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29750/000779057.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 Maio 2014.
- LAWRENCE, T. 1999 ‘Institutional strategy’. **Journal of Management**, v. 25, 2. p. 161-188, January 1999.
- LEITE, S. Luiz *Figueira: a sua vida heroica e a sua obra literária*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- LEVY, D.; SCULLY, M. The institutional entrepreneur as modern prince: The strategic face of power in contested fields. **Organization Studies**, v. 28, 07. p. 1–000, July 2007.

A Dimensão Institucional na Atividade Empreendedora na Região Amazônica

- LOUNSBURY, M.; CRUMLEY, E. T. New Practice Creation: An Institutional Perspective on Innovation. **Organization Studies**, v. 28. 07. p. 993–1012, October 2007.
- MARTINS, J. S. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.
- MCSTAY, D. **An investigation of undergraduate student self-employment intention and the impact of entrepreneurship education and previous entrepreneurial experience.** Disponível em: <http://epublications.bond.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1066&context=theses>. Acesso em: 05 Novembro 2014.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL (1967). **Lei da Zona Franca de Manaus - Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em 10 Março 2013.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 30 Julho 2014.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Lei da Área de Livre Comercio de Macapá e Santana-ALCMS- Decreto Nº 517, de 8 de maio de 1992.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0517.htm. Acesso em: 04 Fevereiro 2013.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL. **Código Civil Brasileiro -Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 01 Fevereiro 2014.
- ROBSON, C. **Real World Research**. Oxford: Blackwell, 1993
- SAUNDERS, M., LEWIS, P., THORNHILL, A. **Research Methods for Business Students** (5th Ed). New York: Prentice Hall, 2009.
- SCHMIDT, S. & BHENENBERGER, M.C. Perfil Empreendedor e Desempenho Organizacional, **Revista de Administração Contemporânea**, v.13, n.3. p. 450-467, Julho/Agosto, 2009.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Empreendedor individual Pesquisa e Perfil.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Perfil%20Empreendedor%20Individual%202011.pdf>. Acesso em: 22 Outubro 2013.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Índice de Confiança dos Pequenos Negócios no Brasil.** Disponível em: observatorio.sebrae.com.br/midias/downloads/22072013175310.pdf. Acesso em: 10 Abril 2014.
- SOUSA, A.N; SANTOS, B.S.M. "Atitude Empreendedora na Perspectiva de Género e de Desenvolvimento Económico na Extremadura", **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v.1, n. 3. p. 76-93, Maio/Junho, 2016.
- STUETZER, M., OBSCHONKA, M., BRIXY, U., STERNBERG, R., & CANTNER, U. Regional characteristics, opportunity perception and entrepreneurial activities. **Small Business Economics**, v. 42, n. 2. p, 221–244, February 2014.

VERVLOET, W., & GARCIA, M. **Incentivo perverso das reservas internacionais: o caso das empresas exportadoras brasileiras.** Disponível em: <http://www.economia.puc-rio.br/Mgarcia/Artigos/090803%20Vervloet%20Garcia%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 23 Agosto 2015.

VILLARREAL, J. P. G **Successful Practices and Policies to Promote Regulatory Reform and Entrepreneurship at the Sub - national Level.** Disponível em: <<https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/45083032.pdf>>. Acesso em: 29 Agosto 2015.

YIN, R. *Case Study Research: Design and Methods* (2nd Ed). Applied Social Research Methods Series, v. 5. Sage Publication, 1994.

Website

<http://pinstake.com/mapa-do-brasil-divido-por-cores/>